

O duplo impasse português

A nossa situação, hoje, neste início de 2014, parece estar ainda longe da emergência política e da urgência social. Mas, no futuro, Portugal, com o seu povo singular, a sua cultura, a sua história, pode vir a contar cada vez menos no mapa europeu. A probabilidade de não poder pagar o défice senão a longo prazo, a situação permanente de pauperização da sociedade que daí resulta, a degradação progressiva da educação e da saúde, a ausência de uma verdadeira reforma do Estado, a queda constante da taxa de natalidade vão-se estabilizar numa situação de estagnação e de pobreza que comprometerá certamente a nossa existência de país soberano. Esta eventualidade, em nada catastrofista ou mesmo pessimista, apenas realista, não é vivida ainda pelos portugueses, que, se pensam nela, é num plano abstracto. E assim, sem sobressaltos, recusando salvar-se (mas não pensando que se trata de uma questão de salvação), os portugueses vão caminhando para o seu desvanecimento.

Quais as causas desta situação? De onde vem a inércia, a falta de reacção a uma política de austeridade que, afastando-nos no imediato do precipício, destruiu rapidamente o melhor que o país construiu desde o 25 de Abril: a escola pública, um dos primeiros Serviços Nacionais de Saúde do mundo, a qualificação de toda uma geração de jovens, universitários e outros, que agora abandonam o país talvez para não mais voltarem, o emprego e a segurança no trabalho, uma classe média fonte de inovação e cultura e a própria democracia e cidadania (actualmente em erosão crescente). Para além de todas as razões já largamente analisadas por economistas, sociólo-

gos, politólogos e comentadores políticos, continua por explicar o comportamento do cidadão português que, vítima de enormes sacrifícios e injustiças, vivendo em condições materiais e psicológicas insustentáveis, não se revolta, não exprime a sua indignação, não exige publica e eficazmente a modificação da situação presente. Se todas as causas socioeconómico-políticas evocadas e discutidas não nos satisfazem, é porque se trata talvez de um outro plano de causalidade: o plano em que circulam as nossas forças, onde elas ganham ímpeto para se exprimirem ou são bloqueadas, inibidas, paralisadas.

É neste plano que se situam as análises que se vão seguir. É dele que partem os artigos da *Visão* que aqui se reúnem num conjunto que também trata de outras matérias. É através da descrição dos trajectos das forças, das suas transformações, da sua captação e do seu fluir que procuramos entrever outro tipo de razões que respondem àquelas questões que as actuais ciências humanas não conseguem formular. Estamos conscientes das lacunas que uma tal análise implica: é preciso estudar os dispositivos que se aplicam às forças para as capturar ou libertar, as instituições e as formas de poder que delas se alimentam, os efeitos de subjectivação que as leis, as práticas (laborais ou outras), o tempo e o espaço sociais provocam. Corremos o risco de especular, sem atingir o real. Mas é um começo, apenas um entrever do imenso trabalho que um dia será certamente feito.

Procuramos resumir as considerações que vamos desenvolver:

1. Porque é que o português não se revolta contra as condições de vida mais difíceis que está a viver desde o 25 de Abril, condições brutalmente impostas pelo Governo que obedece cegamente às exigências de uma soberania estrangeira? Porque é que a indignação, o sentimento de injustiça interiormente vividos não se transformam em acções extremas ou violentas? É esta, como já dissemos, a questão que está no centro da nossa pequena análise — para chegar à conclusão de que é pelas mesmas razões que o português resiste (estaticamente, “fazendo finca-pé”, por assim dizer) à mudança. Resiste à mudança com as mesmas forças que o imobilizam na indignação.

2. Quais os mecanismos que alimentam esse tipo de forças? São essencialmente três: o *duplo impasse*, a *afectividade social* e a formação do *silêncio inconsciente*. Todos estes mecanismos, ligados entre si, implicam comportamentos que articulam o indivíduo à sociedade. Todos eles funcionam sobre um fundo global de medo que se estende cada vez mais a toda a comunidade. Deste medo não falaremos agora.

Por outro lado, são mecanismos que aparecem como componentes identitárias, definindo uma certa maneira de ser e de pensar propriamente lusitana.

Os golpes que a *troika* infligiu a estes mecanismos incidiram sobre certos aspectos da identidade do português.

3. É afinal este o núcleo das nossas questões:

a. O que é o duplo impasse?

— Quais os efeitos da lei da *troika* sobre o duplo impasse?

b. O que é a afectividade social dos portugueses?

— Quais os efeitos da lei da *troika* sobre essa afectividade?

c. O que é o silêncio inconsciente, indizível, que sustenta o funcionamento do Estado português?

— Quais os efeitos da lei da *troika* sobre esse silêncio essencial, fundador do poder do Estado?

4. Começemos, pois, pelo duplo impasse. Por duplo impasse entendemos uma certa lógica de forças, as quais, julgando avançar para um determinado objectivo, estão no fundo a voltar ao ponto de partida. Impasse porque, a partir de um certo ponto, as forças já não podem avançar, não atingem o objectivo; e é duplo porque, ao avançar, estão na verdade a regressar ao começo, sem disso se aperceberem. Parece tratar-se do movimento da “pescadinha de rabo na boca”.

A lógica de um tal movimento implica, primeiro, que o indivíduo viva em dois planos separados, o do pensamento tornado sonho e o da realidade desrealizada. No plano do pensamento, e porque o sujeito se encontra social e publicamente desvalorizado, tende a compensar a inferioridade que sente pela sobrevalorização imaginária do seu ego. Sente-se capaz de tudo, de realizar o impossível, de se tornar ele próprio a encarnação do ideal — imaginariamente. A este ego

supervalorizado por si e para si corresponde uma realidade diminuída, inferior, e de que também ele se exclui imaginariamente, não se apercebendo de que dela faz parte. Assim, ao seu ego supervalorizado responde um real enfraquecido, também imaginário (que o seu ego inchado julga sempre dominar). Estão criadas as condições para que o indivíduo circule agora num duplo impasse: quanto mais sonha com a possibilidade de vencer os obstáculos sociais reais pela sua acção poderosa, mais a realidade é desrealizada, mais os obstáculos lhe parecem frágeis e ultrapassáveis. Quanto mais o seu sonho se engrandece megalomanamente, mais o real se desvanece. De tal maneira que um estranho fenómeno acontece: o sujeito é levado a acreditar na realidade do seu sonho como se bastasse sonhá-lo para o realizar. Vai assim adiando permanentemente a acção necessária para o concretizar; criando pretextos, razões, argumentos para não agir. Deste modo, o movimento do duplo impasse transforma-se num círculo vicioso que acaba no imobilismo. Não é preciso agir, basta pensar que se age — para que se forme a crença de que o desejo se realizou. O que para um observador exterior constitui um duplo impasse — o pensamento que se transforma em puro sonho megalómano, fecha-se em si mesmo e cai num beco sem saída; e a desrealização do real que condena ao fracasso a acção não realista torna-se, para o sujeito, um modo viável de viver. Porque ele não tem consciência de que está a ser o juguete de forças inconscientes que o fazem crer que os seus objectivos (imaginários) são realizáveis. Não sabe que, na maneira de pensar-imaginar a realidade e a sua própria imagem, está já inscrito o seu próprio insucesso.

Mas como se manifesta concretamente o duplo impasse? Consideremos um exemplo típico deste mecanismo, tão próprio dos portugueses.

Até há bem pouco tempo, o português queixava-se de uma entidade ao mesmo tempo indeterminada e precisa: o “nosso país”, “eles”, “os portugueses” que são assim e assado — numa lista interminável de vícios e defeitos. Quem assim se queixa de todos põe-se automaticamente de fora — de fora do país e do povo criticados e a que ele, apesar de tudo, pertence. Como já vimos, ao criticar, desvaloriza o país, valorizando-se a si próprio porque ele, sendo crítico, destaca-se dessa “choldra”. Enfim, a crítica ou queixume, que supõe pelo me-

nos um interlocutor, separa, ao mesmo tempo que, por ser quase um hábito nacional, mantém o laço de convivência e sociabilidade. Mais, dá-lhe um carácter identitário: “Nós, os portugueses, temos um país nulo.” Paradoxalmente, queixamo-nos e culpamos a essência que faz de nós portugueses. E assim, de maneira irreal, escapamos à essência que nos define. Flagelamo-nos para ter o gozo de fugir à flagelação. Numa palavra: não vivemos simplesmente o queixume. A sua enunciação faz-nos entrar numa estrutura complexa de sentidos contraditórios, de forças e emoções opostas e, no entanto, complementares. Na verdade, com o queixume iniciamos um movimento paradoxal, circular e vicioso, pois ele termina onde começou (como a “pescadinha de rabo na boca”). É um movimento que se fecha em si mesmo, e que, quando abre (o queixume cria um “fora” puramente imaginário e aparente, um “outro país”), é para fechar. Repare-se como é indeterminada e indefinida a situação em que nos coloca o queixume no espaço e no tempo: pertencemos e não pertencemos a este país, será sempre assim e no entanto estamos e não estamos lá, etc. Onde estou, onde estamos, para onde vou, o que quero e como o quero — tudo se torna vago, improvável e impreciso. Esta estrutura fundamental que atravessa os nossos desejos mais fundos, a nossa vontade e o nosso pensamento — e de que o queixume não passa de um exemplo — generaliza-se no comportamento do nosso povo a todos os níveis: não só na relação social com os outros, mas nas atitudes relativamente à política, à profissão, ao trabalho, na vida amorosa e na vida familiar. Vivemos sempre num movimento que vai de um pólo ao seu oposto ao mesmo tempo.

Aproveita-se o impasse em que o movimento nos deixa, julgando fugir dele, enquanto os pólos nos entalam. Esta estrutura forma um paradoxo, que é propriamente “o paradoxo do duplo impasse”. Tende a destruir forças vivas mas faz viver — atenuadamente; traz sofrimento mas tira-se um gozo desse sofrimento; vai-se sempre de um pólo ao outro, sem a coragem de quebrar o círculo vicioso. Porque essa falta de coragem? Porque nos integram neste círculo e alimentando-o ao mesmo tempo alimentamo-nos dele. Chama-se a isso viver no duplo impasse.

A força da estrutura destes comportamentos traduz-se em múltiplos efeitos. Citemos um que, de certo modo, nos tem sido nefasto: a ca-